

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO



1. Introdução

- 1.1** O **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)** sabe o quanto é importante conhecer e estar seguro sobre a utilização dos dados pessoais que tem em seu poder. Por isso, nos preocupamos em esclarecer e explicar a nossa Política de Privacidade.
- 1.2** Nós reconhecemos a necessidade de proteção e de gerenciamento adequado das informações pessoais coletadas em nosso site, bem como aquelas que tratamos no exercício de nossas atividades institucionais. A presente Política de Privacidade auxiliará a compreender quais os tipos de informações que podemos coletar, como essas informações poderão ser utilizadas, com quem as informações poderão ser compartilhadas e quais os direitos dos titulares no que diz respeito à proteção de seus dados pessoais.

2. Objetivo

- 2.1.** Nós coletamos e utilizamos Dados Pessoais que pertencem àqueles que utilizam nosso site bem como àqueles titulares que, de qualquer modo, se relacionam com o **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)**. Ao fazê-lo, agimos na qualidade de Controlador desses dados e estamos sujeitos às disposições da Legislação de Privacidade vigente no Brasil, e regulamentos e os procedimentos normatizados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e órgãos reguladores/fiscalizadores.
- 2.2.** Você pode imprimir ou salvar esta Política de Privacidade utilizando o recurso padrão de seu navegador, geralmente clicando em “Arquivo” > “Salvar como” ou a partir da função de impressão.

3. Dados que coletamos e motivos da coleta

- 3.1.** Coletamos e utilizamos dados pessoais de titulares/usuários, conforme o disposto nesta seção.
- 3.2.** Categoria dos Dados Pessoais tratados:
- i.** Dados principais:
- Dados de Identificação: nome, CPF, RG, filiação, naturalidade e nacionalidade;

- Dados sensíveis: informações sobre a saúde dos titulares, como deficiências e necessidades especiais, atestados médicos para realização de atividades físicas e laudos médicos com indicação do CID e, ainda, dados biométricos constantes do passaporte biológico do atleta paralímpico;
- Dados de hóspedes para utilização das instalações do residencial localizado no **CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO ("CTPB")**: informações de reserva, dados de voos nacionais ou internacionais, participação de programas de treinamento, dentre outros necessários para a prestação dos serviços de hotelaria durante a estadia dos titulares (atletas, responsáveis legais e membros de confederações e clubes);
- Dados que identificam a propriedade dos titulares: informações de veículos que transitam nas dependências do **CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO ("CTPB")**;
- Dados Profissionais: histórico escolar ou acadêmico, informações sobre experiência profissional e quaisquer outras informações fornecidas voluntariamente pelo candidato, em processos de recrutamento e seleção. Esclarecemos que informações pessoais de candidatos a vagas de emprego são coletadas por meio do envio dos currículos para nosso e-mail: recrutamento@cpb.org.br. Quanto aos dados pessoais coletados de nossos empregados, estes são necessários para que seja efetuado o registro do empregado, em atendimento à legislação trabalhista e execução do contrato de trabalho.
 - ii. Dados de contato: endereço, e-mail corporativo ou pessoal e telefone corporativo ou pessoal.
 - iii. Dados de utilização (por ex., páginas visitadas, interesses relacionados com conteúdo, horários de acesso);
 - iv. Metadados/dados de comunicação (por ex., informações sobre o dispositivo, endereços IP).

3.3. Categoria de titulares de dados:

- i. Visitantes, usuários do site e outras presenças online;
- ii. Interessados em ingressar no quadro funcional do **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO ("CPB")**;
- iii. Atletas, membros de confederações e clubes, prestadores de serviço, fornecedores, patrocinadores, apoiadores e parceiros de negócios.

3.4. Os titulares acima, quando mencionados coletivamente, serão chamados simplesmente "Titulares" ou "Usuários".

4. Relacionamos a seguir as finalidades e bases legais dos tratamentos de dados do **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO ("CPB")**:

Fins	Base legal
------	------------

<p>Cumprir com termos e condições estabelecidos em contrato, o que inclui operações de tratamento decorrentes das atividades do Residencial situado no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro (alertas e confirmações de reservas, <i>check-in</i> antecipado, informações sobre o local da hospedagem, horários de refeições e eventos, regras de utilização das instalações do CTPB)</p>	<p>Necessário para execução de contrato no qual o titular de dados pessoais seja parte.</p>
<p>Atividades de organização e apoio a eventos realizados no CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO ("CTPB")</p>	<p>Atenção aos interesses legítimos da organização.</p>
<p>Recrutamento e avaliação de aderência à vaga de trabalho.</p>	<p>Justificado com base em nossos legítimos interesses para assegurar que recrutamos os empregados adequados.</p>
<p>Realizar inscrições para integrar as atividades oferecidas pela Escola Paralímpica de Esportes, conforme formulário disponível em nosso site.</p>	<p>Necessário para execução de contrato no qual o titular de dados pessoais seja parte.</p>
<p>Facilitar a comunicação com você (inclusive em casos de emergência e para fornecer a você informações solicitadas), em nossos canais de atendimento, fisicamente, ou por meio de telefone, disponível em nosso site (FAQ).</p>	<p>Justifica-se com base em nossos interesses legítimos de assegurar comunicação e gestão de emergências adequadas na organização.</p>

<p>Cumprir requisitos legais.</p>	<p>Necessário para a conformidade com uma obrigação legal à qual estamos sujeitos.</p>
<p>Monitorar o uso que você faz dos nossos sistemas (incluindo monitorar o uso do nosso site e de quaisquer aplicativos e ferramentas que você utilizar).</p>	<p>Justifica-se com base nos nossos interesses legítimos de evitar não conformidades e proteger nossa reputação.</p>
<p>Escuta social (<i>identificando e analisando o que está sendo dito sobre o COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO ("CPB") nas mídias sociais [somente conteúdo acessível publicamente] a fim de perceber sentimento, intenção, disposição e tendências de mercado, além das necessidades de nossos stakeholders para, dessa forma, melhorar nossos serviços</i>).</p>	<p>Justifica-se com base em nossos legítimos interesses em proteger nossos ativos e nossa marca nas mídias sociais.</p>
<p>Melhorar a segurança e o funcionamento do nosso website, aplicativo, redes e informações.</p>	<p>Justifica-se com base em nossos legítimos interesses de assegurar que você terá uma experiência de usuário excelente e que nossas redes e informações são seguras.</p>
<p>Identificação e/ou autenticação para acesso nas dependências do COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO ("CPB") por meio de imagens e gravações de terceiros, colaboradores e visitantes.</p>	<p>Justifica-se na proteção da vida ou da incolumidade física dos titulares ou de terceiros.</p>
<p>Monitoramento interno por câmeras de segurança</p>	<p>Justifica-se no interesse legítimo do responsável pelo tratamento ou de terceiro</p>

Administrar benefícios aos empregados.	Justifica-se com base no consentimento do empregado, caso seja de seu interesse o recebimento de determinado benefício.
Entrega de informações necessárias aos órgãos governamentais.	Para cumprimento de uma obrigação legal.

5. Tratamento de Dados Pessoais de categoria sensível

5.1. Coletamos Dados Pessoais sensíveis de determinadas categorias de titulares de dados pessoais, nos seguintes casos: informações sobre a deficiência e necessidades especiais dos titulares bem como atestado médico para realização de atividades físicas e laudo médico com indicação do CID; dados constantes de currículos ou de fichas de inscrição dos candidatos ou atletas com deficiência, mediante consentimento expresso dos titulares ou de seu responsável legal, quando menor de idade.

5.2. Disponibilizamos um processo eficaz para que os titulares de dados pessoais sensíveis possam solicitar a exclusão de seus dados pessoais a qualquer momento.

6. Coleta de dados não previstos expressamente

6.1. Eventualmente, outras categorias de Dados Pessoais não previstas expressamente nesta Política de Privacidade poderão ser tratadas, desde que a coleta seja permitida com fundamento em base legal prevista na LGPD ou qualquer outra normativa aplicável.

7. Compartilhamento de Dados Pessoais com terceiros

7.1.—O **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)** não tem como prática a divulgação de informações que podem identificar o usuário e jamais compartilha informações ou vende e aluga esses dados pessoais a terceiros. Estes dados são de uso exclusivo interno, para atingir nossas finalidades institucionais.

7.2 Os dados poderão ser compartilhados com terceiros apenas nas seguintes condições:

- Mediante decisão judicial ou solicitação pelos órgãos de fiscalização governamentais;
- Dados transferidos a órgãos públicos para atender a legislação vigente, por exemplo dados pessoais que constem das notas fiscais eletrônicas e respectivos XMLs, ou dados dos nossos empregados necessários para o pagamento do INSS ou FGTS;
- Dados transferidos a prestadores de serviço de contabilidade ou recursos humanos para o atendimento de obrigações fiscais e trabalhistas;

- Dados transferidos a instituições financeiras para viabilizar operações de pagamentos em geral ou para pagamento de salários aos nossos empregados, fornecedores e prestadores de serviços;
- Dados compartilhados com terceiros, parceiros, patrocinadores, operadores e fornecedores de serviços que participam, direta ou indiretamente, do desenvolvimento das atividades institucionais do **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)**, tais como a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (“ABCD”), Comitê Paralímpico Internacional (em inglês: *International Paralympic Committee* – “IPC”), , entidades certificadoras, empresas organizadoras dos eventos, hotéis e estabelecimentos de hospedagem nacionais e internacionais que garantam condições de acessibilidade para eventos paralímpicos, profissionais especializados em Classificação Esportiva Paralímpica Nacional e Internacional, Confederações Filiadas ao **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)**, Escolas, , veículos de imprensa, serviços de saúde e atendimento médico, serviços de transporte, Ministérios do Estado Brasileiro, Órgãos de Controle como TCU e/ou CGU, Receita Federal do Brasil, Secretarias Estaduais e Municipais de Esporte, de Educação, de Assistência Social e da Pessoa com Deficiência ou órgãos congêneres, clubes ou associações que oferecem modalidades adaptadas aos atletas paralímpicos, empresas contratadas pelo **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)** para concessão de benefícios de saúde, vale-alimentação, vale-transporte, seguros odontológicos e de vida, serviços de edição das imagens de eventos desportivos e institucionais, cobranças, processos de pagamento, serviços de atendimento aos atletas paralímpicos, serviços de envio de e-mails, propaganda e marketing, segurança e monitoramento de desempenho, serviços de reparos e manutenção, processamento e cumprimento de ordens e transações, verificação de informações cadastrais de titulares, pesquisa, guarda de dados, consultoria, auditoria e processamento de dados;
- Dados transferidos para fins de execução do contrato, bem como para a proteção dos interesses da **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)** em qualquer tipo de conflito, incluindo ações judiciais.

7.3 Alguns dos terceiros mencionados acima podem estar localizados no exterior e, nesse caso, o **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)** adota salvaguardas adicionais para a garantia de um nível adequado de proteção de dados pessoais, de acordo com o disposto na legislação brasileira pertinente, nacional ou internacional, na realização de nossas atividades institucionais.

8. Por quanto tempo seus Dados Pessoais serão armazenados

- 8.1.** Os Dados Pessoais coletados pelo **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)** são armazenados e utilizados por período que corresponda ao necessário para atingir as finalidades elencadas neste documento e considerando os direitos de seus Titulares, os direitos do Controlador e as disposições legais ou regulatórias aplicáveis.
- 8.2.** Nós armazenamos e mantemos suas informações: (a) pelo tempo exigido por lei; (b) até o término do tratamento de dados pessoais, conforme mencionado abaixo; ou (c) pelo tempo necessário para resguardar os direitos da **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)**. Assim, trataremos seus dados, por exemplo, durante os prazos prescricionais aplicáveis ou enquanto necessário para cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

- 8.3.** O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nos seguintes casos: (a) quando a finalidade para qual o dado pessoal foi coletado for alcançada, e/ou os dados pessoais coletados deixarem de ser necessários ou pertinentes ao alcance de tal finalidade; (b) quando o Titular solicitar a exclusão de seus dados; e (c) quando houver uma determinação legal neste sentido.
- 8.4.** Nos casos de término de tratamento de dados pessoais, ressalvadas as hipóteses estabelecidas pela legislação aplicável ou pela presente Política de Privacidade, os dados pessoais serão eliminados.

9. Redirecionamento de usuários para as páginas do COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”) nas redes sociais

- 9.1.** Utilizamos *links* das nossas redes sociais para redirecionamento dos usuários interessados em saber mais sobre nossas ações no LinkedIn, Facebook, Instagram, Youtube, Flickr, TikTok e Twitter X.
- 9.2.** O **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)** se utiliza também da Mídia Social para se comunicar e interagir com seus clientes e consumidores, por meio de websites de terceiros como, por exemplo, LinkedIn, Facebook, Instagram, Youtube, Flickr, TikTok e Twitter X.
- 9.3.** Estes websites de terceiros são uma tecnologia baseada na Internet que não é operada ou controlada pelo **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)**. Ao interagir, compartilhar ou “Curtir” nossa página no LinkedIn, Facebook, Instagram, Youtube, Flickr, TikTok e Twitter X ou outra mídia social, você poderá nos revelar determinadas informações pessoais ou a terceiros.
- 9.4.** Usamos os “botões sociais” para permitir que os nossos usuários compartilhem ou marquem páginas da web. São botões de sites terceiros de mídias sociais e que podem registrar informações sobre suas atividades na internet, incluindo este site. Por favor, reveja os respectivos termos de uso e políticas de privacidade dessas plataformas para entender exatamente como elas usam suas informações, bem como optar por não receber ou excluir tais informações.
- 9.5.** A quantidade de informações pessoais visíveis dependerá das suas próprias configurações de privacidade no LinkedIn, Facebook, Instagram, Youtube, Flickr, TikTok e Twitter X e demais mídias sociais.

10. Ouvidoria e Canal de Denúncias:

- 10.1.** Disponibilizamos em nosso site um formulário para envio de reclamações, dúvidas ou sugestões na aba “Ouvidoria”, localizada no canto direito do rodapé da página. Para sua utilização é facultado ao usuário o preenchimento dos campos de nome e *e-mail*. Os Dados Pessoais, se preenchidos, são enviados e armazenados com a finalidade de processamento da comunicação e direcionamento da resposta adequada.
- 10.2.** Ainda, nosso Programa de Compliance compreende a disponibilização do “Canal de Denúncias” no site do **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)**, por meio de registro, em ferramenta específica, de qualquer violação ou suspeita de violação às diretrizes prescritas pelo Código de Conduta Ética, às normas e regras previstas nas políticas e procedimentos internos do **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)**. Nosso Comitê de Ética possui, dentre suas atribuições,

apurar e adotar providências cabíveis quando for denunciada a ocorrência de atividades ilícitas ou irregulares. Para tanto, poderão ser tratados dados pessoais dos denunciadores que manifestarem o desejo de se identificar, bem como dos denunciados, os quais, dependendo do potencial de gravidade das condutas e conforme disposições previstas no Regimento Interno do Comitê de Ética, poderão ser compartilhados com os membros do Conselho de Administração ou com os superiores hierárquicos para avaliação e aplicação das sanções cabíveis.

10.3. Esclarecemos que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais não se aplica a atividades de investigação e repressão de infrações penais.

11. Tomada de decisões automatizadas

11.1. Não utilizamos *softwares* para a tomada de decisões automatizadas em nenhum dos processos realizados pelo nosso site.

12. Direitos do usuário

12.1. Os Titulares de dados pessoais têm alguns direitos no que se refere aos seus dados pessoais e podem exercê-los clicando no [link](#) do [Formulário de Requisição de Dados](#) ou por meio do e-mail: privacidade@cpb.org.br. São direitos dos titulares:

- Confirmação da existência de tratamento de dados pessoais;
- Acesso aos dados pessoais, nos termos da legislação aplicável;
- Correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Portabilidade dos dados pessoais;
- Exclusão de dados pessoais, quando estes forem tratados com base no consentimento do titular ou quando os dados forem desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação aplicável;
- Solicitação de informações sobre o uso compartilhado de dados pessoais;
- Revogação do consentimento, quando aplicável.

12.2. O **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)** sempre avaliará a melhor forma de cumprir a solicitação de exercício de algum de seus direitos. No entanto, a **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)** poderá deixar de atender a sua solicitação, total ou parcialmente, em situações específicas resguardadas pela legislação, como, por exemplo, para o cumprimento de uma obrigação legal ou de um contrato que mantém com você.

12.3. Ressaltamos a importância de manter seus dados pessoais precisos e atualizados. Para tanto, mantenha a **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)** sempre informada se seus dados pessoais mudarem ou estiverem incorretos.

12.4. Certas requisições poderão ser feitas pelo usuário diretamente por meio da plataforma da **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (“CPB”)**, por meio de acesso

por e-mail e senha. Portanto, é muito importante que o usuário tenha uma senha forte, e que não a compartilhe com terceiros. O usuário assume total responsabilidade pelo acesso de terceiros à plataforma utilizando sua conta e senha.



12.5. Por motivos de segurança, para as requisições que sejam feitas por meio do e-mail privacidade@cpb.org.br, a solicitação será atendida quando tivermos certeza da identidade do usuário. Sendo assim, poderemos solicitar dados ou informações adicionais para a confirmação da identidade e da autenticidade do titular. Estes dados e informações serão protegidos durante o período de armazenamento e eliminados, após transcurso do prazo legal para eventual exercício regular de direitos.

12.6. É importante destacar que, nos termos da LGPD, não existe um direito de eliminação de Dados Pessoais tratados com fundamento em bases legais distintas do consentimento, a menos que os Dados Pessoais sejam desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com as previsões legais.

12.7. Nos casos em que o **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO ("CPB")** for Operador de dados pessoais, as requisições serão repassadas ao Controlador para que este avalie e decida quanto às providências a serem tomadas.

13. Encarregado de Dados Pessoais (DPO)

13.1. O **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO ("CPB")** disponibiliza abaixo os dados de contato do Encarregado de Dados Pessoais (DPO), sendo este o responsável por atender toda e qualquer solicitação por parte dos titulares ou da Autoridade Nacional, que estejam relacionados com dados pessoais.

13.2 Para qualquer dúvida, solicitação ou reclamação referente ao tratamento de dados pessoais, favor entrar em contato com o nosso Encarregado de Dados Pessoais:

contato: privacidade@cpb.org.br

13.3. Se, apesar do nosso compromisso e esforços para proteger seus dados, você achar que seus direitos de proteção de dados não foram atendidos, solicitamos que entre em contato. Além disso, você tem o direito, a qualquer momento, de registrar uma queixa diretamente com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, caso entenda que os direitos sobre os seus dados pessoais foram infringidos.

14. Medidas de segurança no tratamento de Dados Pessoais

14.1. Empregamos medidas técnicas e organizacionais aptas a proteger os Dados Pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, extravio ou alteração desses dados.

14.2. As medidas que utilizamos consideram a natureza dos Dados Pessoais, o contexto e a finalidade do tratamento, os riscos que uma eventual violação geraria para os direitos e liberdades do usuário, e os padrões atualmente empregados no mercado por organizações semelhantes à nossa.

14.3. Nós nos empenhamos em proteger as suas informações pessoais, e aquelas confiadas a nós por todas as categorias de titulares, por meio de medidas físicas, técnicas e organizacionais que visem reduzir os riscos de perda, mau uso, acesso não autorizado, divulgação e alteração indevida destes dados.



15. Reclamação para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados

15.1. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, os Titulares que se sentirem, de qualquer forma, lesados, podem apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

16. Alterações nesta Política

16.1. A Política de Privacidade possui um controle de versão que identifica o número da sua versão, a data que entrou em vigor e os responsáveis pela revisão e aprovação.